

INSTITUTO
 Documentação
 SOCIOAMBIENTAL
 Fonte: *Época*
 Data: *10/10/2001* Pg *60-3*
 Class.: *Sateré-Maué*

ESPECIAL

AMAZÔNIA

Os caciques do salário mínimo

Graças à aposentadoria do INSS, índios mais velhos ampliam o poder nas aldeias e sustentam rituais para preservar a cultura

REGINA ALVAREZ (TEXTO) E NICOLAS REYNALD (FOTOS), DE BARREIRINHA

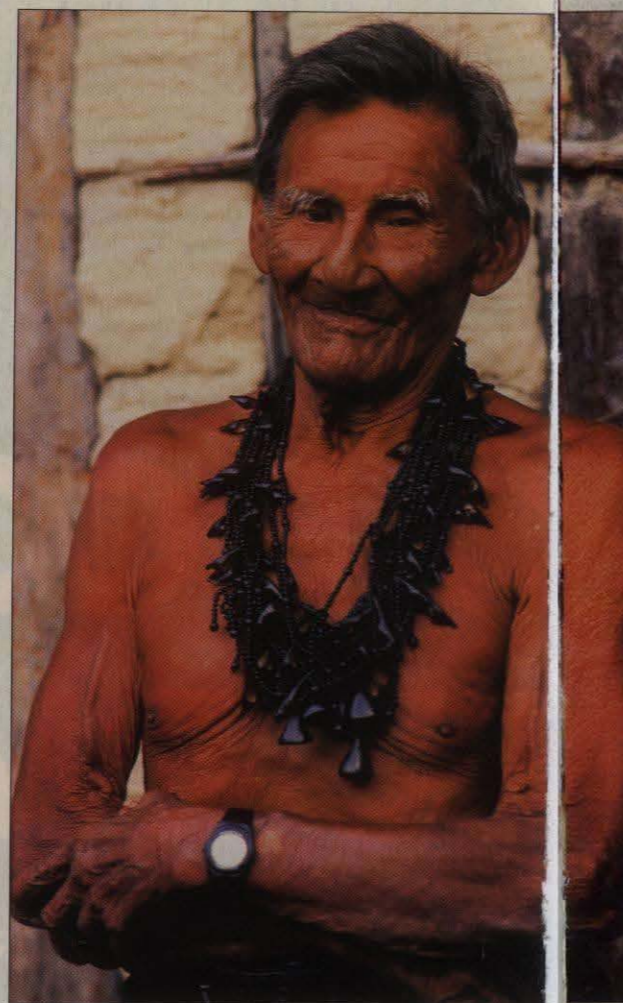
A paisagem permanece exuberante. O sol refletido nas águas escuras do Rio Andirá, botos saltitantes à procura de presas, a densa floresta, tucanos cruzando os céus. Tudo contribui para reforçar a imagem da Amazônia habitada por índios pintados e preparados para a guerra da sobrevivência, que adentram a mata com arcos e flechas para garantir com a caça o sustento das aldeias. A idílica imagem se esvai ao primeiro contato com a realidade dos saterés-maués, a nação que vive nas terras do Andirá-Marau. Ocupa um território de 788 mil hectares, na divisa do Amazonas com o Pará. Distribui-se por 39 aldeias.

Homem franzino, de pele escura e enrugada, Antonio Ferreira Miquiles, de 84 anos, conserva na memória histórias do

tempo em que "o índio não precisava das coisas do branco". Hoje, o tuxaua-geral - líder maior dos saterés-maués - sobrevive na aldeia Ponta Alegre, embrenhada na selva amazônica, com a aposentadoria do INSS. "Antigamente, tinha muita caça e pesca", compara. "Depois chegou a Elf (empresa francesa) pra explorar petróleo. Abriu picadas na floresta e detonou dinamite." As explosões espantaram a caça. "Os saterés então aprenderam a pescar com dinamite, mas com o tempo o peixe também acabou." O tuxaua-geral se preocupa em explicar por que o índio agora precisa do branco para garantir o sustento. "O dinheiro do aposento serve pra comprar cartucho, anzol, arroz, macarrão, café, açúcar e sal", enumera.

Esse homem de aparência frágil e fala pausada mal se expressa em português. Vive o cotidiano em tupi. É personagem de outra história, contada pelo antropólogo social Gabriel Alvarez. O estudioso percorre o Rio Amazonas e afluentes para avaliar o impacto dos benefícios da Previdência nas populações indígenas, remanescentes de quilombos e comunidades ribeirinhas. A pesquisa, encomendada pelo Ministério da Previdência e Assistência Social, revelou que o dinheiro das aposentadorias se transformou na principal fonte de renda dos índios saterés-maués. Em conjunto, a soma não é desprezível.

Mecias Sateré, de 36 anos, é reconhecido como líder nas aldeias do Andirá, mas não tem título de tuxaua.



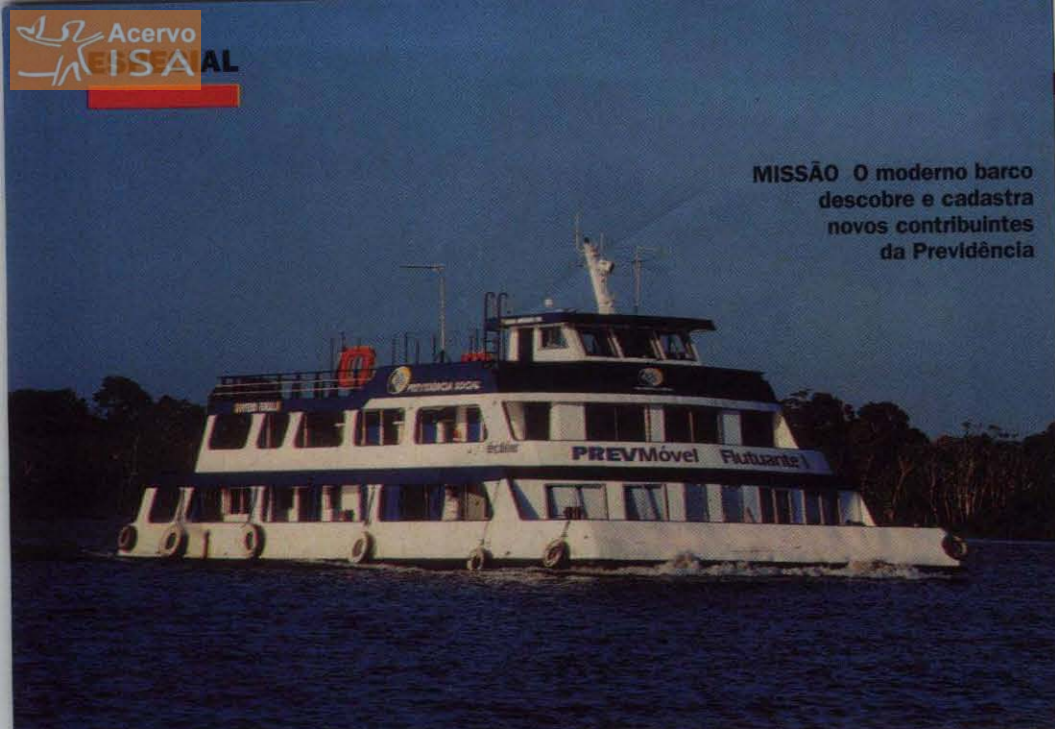
CARÊNCIA O plantio de café e mandioca e o cultivo do guaraná, vendido no mercado mundial, são insuficientes para sustentar as aldeias dos saterés-maués entre o Amazonas e o Pará. Os peixes rarearam no rio depois que os índios adotaram a dinamite na pesca. Com falta de quase tudo, o tuxaua Miquiles e outros idosos, como Francisca Batista, bancam algumas despesas da tribo com os R\$ 180 da aposentadoria rural



Decidiu investir na política e foi eleito, com o voto dos nativos, vice-prefeito de Barreirinha, cidade de 22 mil habitantes a cinco horas de barco do lugar em que vive Miquiles. Entre os 5.800 saterés-maués existem cerca de 700 aposentados, calcula Mecias. Isso garante uma renda de R\$ 126 mil mensais ao grupo. Muito mais do que recebem pela mandioca e pelo guaraná que cultivam. O valor, contudo, não circula pela cidade, como deseja o vice-prefeito. Os beneficiados empreendem uma longa viagem para recebê-lo. Levam três dias de barco entre a ida até Parintins e a volta. Gastam R\$ 40 na passagem. O restante do benefício adquire comida, umas barras de sabão, creme dental e, vez ou outra, uma roupinha nova. Fica quase todo em Parintins.

Mecias quer transferir todos os pagamentos das aposentadorias para a única agência bancária de Barreirinha. Isso aqueceria o comércio local e facilitaria a vida dos idosos indígenas. Já recebeu sinal verde do gerente-executivo do INSS na Amazônia, Severino Cavalcante. Mas a mudança ainda é promessa.

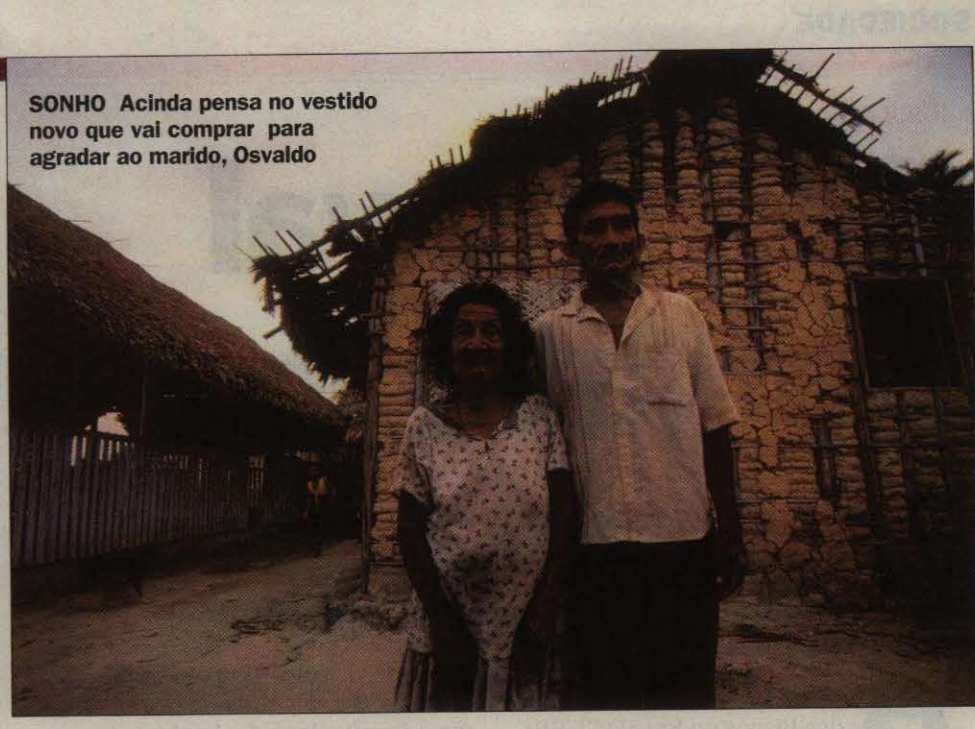
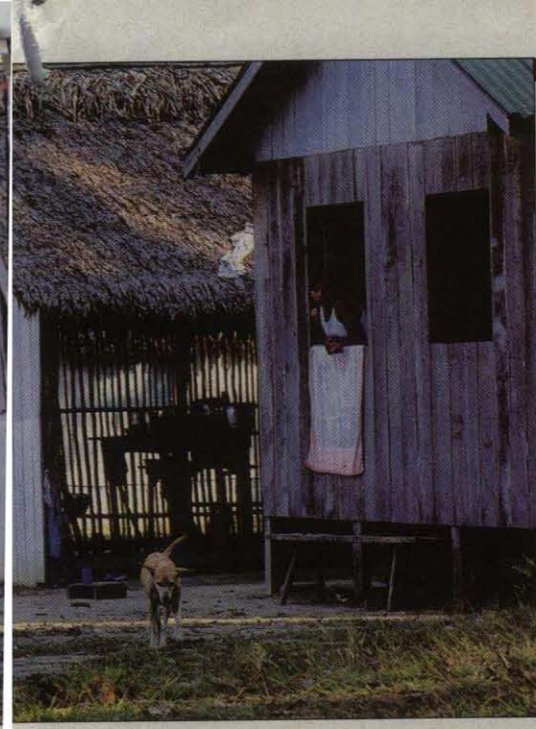




MISSÃO O moderno barco descobre e cadastra novos contribuintes da Previdência



ESTÍMULO Idosos também compram animais e utensílios para ajudar a aldeia



SONHO Acinda pensa no vestido novo que vai comprar para agradecer ao marido, Osvaldo

Agência flutuante

Embarcação distribui benefícios pelo Amazonas

Branca ou índia, metade da população do Amazonas vive distante dos grandes centros urbanos. E das agências do INSS. No Estado, apenas 5,7% dos habitantes recebem algum tipo de benefício social. Bem abaixo dos 11,7% da média nacional. Para diminuir essa diferença, a Previdência adaptou-se à geografia – unidades móveis instaladas em barcos bem equipados sobem e descem o rio para cadastrar e atender ribeirinhos, índios e habitantes de quilombos.

O barco aporta em terras dos saterés-maués neste mês. Percorre a Amazônia desde 22 de junho, equipado com ambulatório para perícias e sofisticado sistema de transmissão de dados. Liga-se, por satélite, com a Dataprev, no Rio de Janeiro, a central de dados da Previdência Social. O roteiro abrange 24 municípios e 430 mil brasileiros.

A embarcação permanece de dois a quatro dias em cada comunidade. Os técnicos do INSS avaliam e checam a documentação dos candidatos. Se aprovada, liberam aposentadorias, pensões, auxílios-doença e auxílios-maternidade. Em média, já atenderam por mês 6 mil pessoas e concederam 1.300 benefícios.

Enquanto não se concretiza, o tu-xaua Lucio Batista, de 76 anos, líder da aldeia Araticum Novo, e a mulher, Estefania, de 63, enfrentam com resignação a viagem até Parintins. "São umas 12 horas no barco pra chegar", conta. "Aí tem a fila do banco e depois as compras. Por isso, a gente sai sempre no domingo pra voltar na terça." No primeiro domingo do mês, Francisca Batista, de 78 anos, preparava-se para a pequena aventura que começaria na manhã seguinte com a chegada do barco regional. Viajaria com um dos filhos. O irmão Lúcio e a cunhada só deixariam a aldeia no domingo seguinte.

Índios como Osvaldo da Costa, de 80 anos, da aldeia Ponta Alegre, preferem acumular o benefício por dois meses para compensar o esforço da viagem. A mulher, Acinda, de 92 anos, é uma das poucas aposentadas que recebem em Barreirinha. "Ela tem sorte, vai na rabeta, não gasta nada e são só cinco horas de viagem", explica Osvaldo, apontando a pequena e frágil embarcação na beira do rio usada para o transporte entre as aldeias.

No contato com os saterés-maués, o antropólogo Alvarez descobriu que empregam parte do dinheiro na comunidade. Uniram-se para comprar, por exemplo, os motores das rabetas e um boi para alimentar a tribo. A renda mantém o tradicional poder dos anciãos nas comunidades e financia rituais. Reforça a cultura e as crenças.

A Previdência não sabe quantos índios da Amazônia recebem benefícios. Nas estatísticas somam-se a outros trabalhadores rurais. Nos documentos, todos têm nome de branco. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), estima em 18 mil os indígenas aposentados. Vinícios Carvalho Pinheiro, secretário de Previdência Social, diz que esse número pode ser maior. A pesquisa não computou a população rural dos Estados de Rondônia, Acre, Roraima, Pará e Amapá.

O INSS exige uma declaração da Funai que comprove o exercício da atividade rural por dez anos e a idade mínima de 60 anos para o homem e de 55 para a mulher para aprovar o pedido. A aposentadoria paga baseia-se no Estatuto do Índio, que prevê a extensão dos

benefícios da legislação, sempre que possível, às comunidades indígenas. Esses segurados são considerados especiais, como os produtores rurais que trabalham em regime de economia familiar. Também têm direito ao amparo assistencial para idosos e deficientes físicos com ren-

da per capita inferior a 25% do salário mínimo, ao auxílio-doença e ao auxílio-maternidade. "É uma forma de inclusão social e redução da pobreza", justifica Vinícios Pinheiro, da Previdência.

Na aldeia Vida Feliz, a soma dos trocados das várias aposentadorias finan-

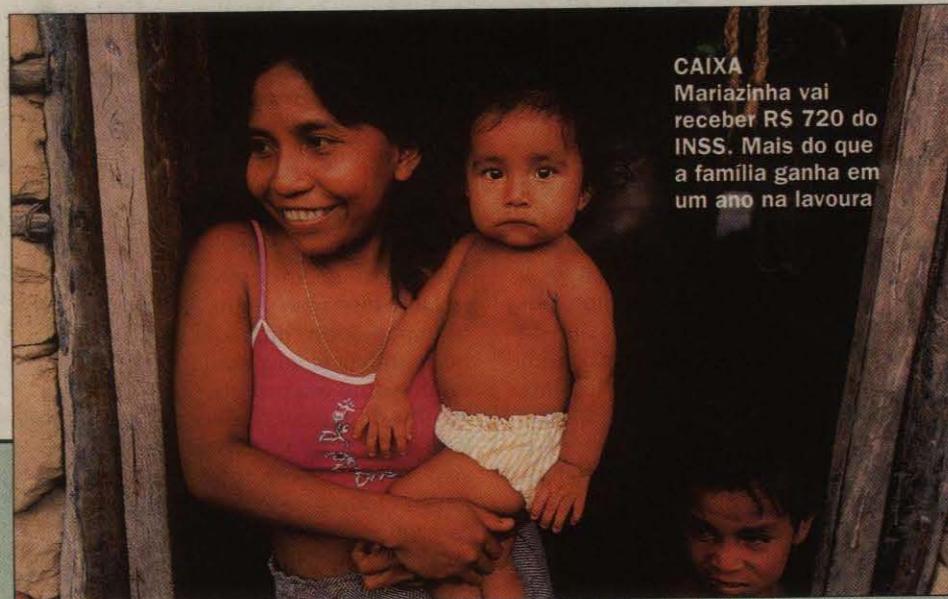
cia a cultura milenar da tribo. Como o rito da tocandira, que prepara os jovens para a caça e a idade adulta. Diante dos convidados das comunidades vizinhas, os iniciados são submetidos a picadas de formigas e abstinência alimentar e sexual durante uma semana. À mesa, frangos comprados com o dinheiro do INSS, que pagou também o cantador, contratado para transmitir aos jovens a sabedoria e as credences nativas.

Na Amazônia, o benefício apenas alivia a carência de quase tudo. A pobreza une índios, ribeirinhos e remanescentes de quilombos, representantes das múltiplas identidades que convivem às margens do maior rio do planeta e seus afluentes. As privações dos saterés-maués ressaltam a Amazônia real, habitada por milhares de brasileiros de muitas raças envolvidos na guerra pela sobrevivência. ■

Dinheiro extra

Índias descobrem que ter filhos rende mais que lavoura

Odélia da Silva tem 22 anos, quatro filhos e vive na aldeia Araticum Novo, dos saterés-maués. Como as demais mulheres da tribo, ajuda a cuidar da roça, mas dinheiro ela quase não vê. Nunca tivera tanto nas mãos como no ano passado, quando recebeu da



CAIXA Mariazinha vai receber R\$ 720 do INSS. Mais do que a família ganha em um ano na lavoura

Previdência Social o auxílio-maternidade pelo nascimento de Raiane, hoje com 2 anos. Em julho, recebeu outro, por Rai, de 7 meses. Odélia e mais 200 mulheres da tribo requereram o benefício em 2000, segundo registros da Funai de Parintins. Em 2001, já chegam a 134.

O auxílio-maternidade foi estendido aos trabalhadores rurais em 1999. Para recebê-lo, as indígenas precisam comprovar, com declaração da Funai, o exercício de atividade agrícola nos dez meses anteriores ao parto. Mariazinha Meneses, de 24 anos, só sou-

be da existência do pagamento em abril de 2000, quando Klinger estava com 4 anos. Em agosto, voltou ao INSS de Parintins com Aline, que nasceu em janeiro, no colo. Ficou feliz da vida com a conta. Deve ganhar mais de R\$ 700. O dinheiro extra vem mudando a vida dessas mulheres, que o gastam em comida, móveis e utensílios domésticos. Por causa disso, tem estimulado o aumento da natalidade nas populações ribeirinhas. Entre os índios, ainda é cedo para saber.